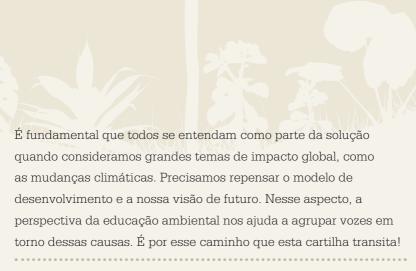








MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ECONOMIA DE BAIXO CARBONO



A cartilha Mudanças Climáticas e Economia de Baixo Carbono não tem o intuito de esgotar esta temática, mas de apresentá-la, traduzindo e explorando a perspectiva de uma especialista, de forma a contribuir com o debate, reflexão e avanços. Seu conteúdo foi embasado em entrevistas e, portanto, não é de responsabilidade da especialista.

A perspectiva de Rachel

Rachel Biderman



Não tem séculos, mas milênios de patriarcado que precisamos desconstruir. Alerto meus colegas homens do que está embutido no seu raciocínio, mas percebi que se deve fazer isso com gentileza, porque se a gente faz com agressividade não ganha um parceiro, mas um inimigo.

Doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getulio Vargas (FGV), Rachel Biderman dedicou sua carreira à geração de conhecimento, pesquisa e apoio a organizações do Terceiro Setor ligadas às questões ambientais. Diretora executiva do WRI Brasil, conta que enfrentou dificuldades por ser mulher. "Existe uma desigualdade de gênero muito presente. Não é porque estamos num ambiente de filantropia, direitos, que podemos considerar que a igualdade feminina foi alcançada." Hoje em posição de liderança, Rachel nos direciona para o caminho do diálogo e da conciliação: "Não tem séculos, mas milênios de patriarcado que precisamos desconstruir. Alerto meus colegas homens do que está embutido no seu raciocínio, mas percebi que se deve fazer isso com gentileza, porque se a gente faz com agressividade não ganha um parceiro, mas um inimigo".

Foi pesquisadora na JFK School of Government, Harvard. Mestre em Direito Internacional, com enfoque em Meio Ambiente, pelo Washington College of Law, American University. Bacharel em Direito pela USP. Ex-coordenadora adjunta e pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV. Professora responsável pelo módulo de Meio Ambiente do MBA Gestão da Sustentabilidade da FGV e coordenadora do curso de extensão Gestão para o Baixo Carbono. É integrante do Conselho do Instituto de Defesa do Consumidor e do Conselho Brasileiro para a Construção Sustentável. Foi presidente do Conselho do Greenpeace no Brasil. É autora do livro Democracia, Cidadania e Proteção do Meio Ambiente. Sua trajetória e credibilidade apoiam a construção de novas narrativas quando o assunto é engajamento para os temas de grande impacto. Rachel orientou o desenvolvimento desta cartilha, compartilhando sua experiência no tema.

Mudanças climáticas e economia de baixo carbono

90 US \$ trilhões

é a estimativa de investimento em infraestrutura urbana, usos de terra e geração de energia, nos próximos 15 anos

Nos próximos 15 anos, estima-se que US\$ 90 trilhões serão investidos em infraestrutura urbana, usos da terra e geração de energia.

Mas quanto desse recurso será investido de forma sustentável?

Rachel acredita que grandes desafios para o desenvolvimento sustentável têm sido debatidos e comunicados nos últimos 50 anos, mas os avanços em acordos e legislações ainda possuem grandes dificuldades de implementação e fiscalização. Como mudar isso?

Hoje, cerca de 85% da energia global ainda depende do carvão proveniente da queima de florestas. Mas inovações tecnológicas e o crescimento do mercado de energia renovável permitiram que o preço da energia solar se equiparasse ao da energia termoelétrica, e isso acarretará mudanças significativas. Os benefícios de mercado relacionados a mudanças na matriz energética são muitos: a transição para uma economia de baixo carbono pode reduzir até

20% de custos de investimento em todos os segmentos até 2030; a economia de US\$ 3 trilhões para as cidades libera recursos para investimentos sociais e ambientais; e a recuperação de áreas degradadas pode alimentar 200 milhões de pessoas a mais.

Porém, para além das vantagens de mercado, a reconexão com a natureza precisa encontrar meios de perpetuação na sociedade, que ainda não se vê como parte da solução. Todo dia lançamos 110 toneladas de gases de efeito estufa na atmosfera, agravando o aquecimento global e ampliando as secas e, ao mesmo tempo, as tempestades devastadoras, o que desloca comunidades inteiras para outros territórios. Entre os 3 milhões de refugiados sírios, por exemplo, 50% se mobilizou em função da seca que atacou o país em 2010, em sua maioria mulheres e crianças.

A capacidade das mulheres de trabalhar com pessoas e gerar empatia é um ativo a ser aproveitado nos desafios de escala global

Enquanto os dados quantitativos, ainda que alarmantes, são utilizados como estratégia de conscientização, a habilidade de gerar empatia sobre os desafios globais pode ser o elo que falta para promover a recuperação do vínculo humano com a natureza. É preciso reconectar o ser humano, e a capacidade das mulheres de trabalhar com pessoas e gerar empatia é um ativo a ser aproveitado nos desafios de escala global. A restauração de paisagens florestais pode ser a chave para o restabelecimento desse vínculo.

Marcos internacionais sobre clima



1994

Criação da Conferência das Partes (COPs) para discussões sobre mudanças climáticas entre os países



1997

Elaboração do Protocolo de Quioto na COP3, primeiro documento a estabelecer metas de redução das emissões para os países



2005



Entra em vigor o Protocolo de Quioto





2007

Prêmio Nobel da Paz é dado para Al Gore e IPCC



2009



Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Copenhague)





2015

Entra em vigor o Acordo de Paris, na COP21

Equidade de gênero

Quem sofre os impactos?

Hoje, 72% das pessoas que sofrem de extrema pobreza no mundo são mulheres e meninas; os indígenas, por sua vez, estão em segundo lugar. Isso afeta diretamente o risco de exposição dessas pessoas às mudanças climáticas e aos desastres naturais, além de representar um dado alarmante para os direitos humanos. Um dos grandes desafios do desenvolvimento sustentável é como dar ênfase a esses grupos mais afetados. Rachel aponta que as mulheres foram educadas a protegerem sua família e comunidade, sendo as últimas a saírem das zonas de risco e as primeiras a salvarem os outros, antes de si mesmas. Algumas comunidades nem permitem que as mulheres saiam de casa sem a companhia de um homem. Os especialistas dizem que as melhores soluções para tratarmos desse fenômeno são: o acesso à educação para meninas e mulheres e a valorização do trabalho feminino nas sociedades, dando visibilidade à sua contribuição econômica.

72%

das pessoas que sofrem de extrema pobreza no mundo são mulheres e meninas

Quem está tomando as decisões?

Outro fator relevante para a equidade de gênero nos temas de impacto global é a concentração de poder em mãos masculinas. Hoje, cerca de 1,2 mil homens comandam a metade do planeta. As principais economias, sejam Estados ou empresas, são chefiadas por homens. Grandes cargos, como ministérios, secretarias e posições legislativas, são ocupados por homens. No Brasil, as mulheres representam apenas 18% no Senado e 9,9% na Câmara dos Deputados, ou seja, com representatividade feminina comparada à dos países do Oriente Médio, que têm taxas de 16%. A liderança desse ranking é Ruanda, com 63% de mulheres no Legislativo. No principal encontro do clima, a COP21, a representatividade feminina foi baixa e os acordos cortaram menções importantes sobre igualdade de gênero, mesmo com os indicadores de maior impacto sobre as mulheres.

Ecofeminismo

Desde os anos de 1960, os movimentos ambientalistas e feministas se cruzam em diversos fóruns, porém foi o francês Françoise d'Eaubonne que, em 1974, cunhou o termo ecofeminismo, como "a capacidade das mulheres, como impulsoras de uma revolução ecológica, de ocasionar e desenvolver uma nova estrutura relacional de gênero entre os sexos, bem como entre a humanidade e o meio ambiente". Hoje, Vandana Shiva, física, filósofa, pacifista e feminista, é uma das pioneiras do movimento no planeta. No Brasil, foi na ECO92 que esses movimentos sentaram juntos para definir as bases do ecofeminismo no País.

Na prática

Discutir temas como recursos hídricos, compensação de carbono, cidades resilientes, riscos de desastres naturais, mudanças climáticas e legislação ambiental pode ajudar as comunidades que habitam áreas de risco e degradadas.

Muitas temáticas de impacto global podem ser incorporadas ao dia a dia dos projetos de restauração de paisagens florestais, a fim de contribuir para a educação ambiental dos colaboradores e beneficiários. Discutir temas como recursos hídricos, compensação de carbono, cidades resilientes, riscos de desastres naturais, mudanças climáticas e legislação ambiental pode ajudar as comunidades que habitam áreas de risco e degradadas. Para Rachel, as organizações que atuam na cadeia de restauração de paisagens florestais têm um papel fundamental na produção e disseminação desse conhecimento, na construção de soluções e na mobilização social e política, além de efetivamente "arregaçarem as mangas" com ações concretas que beneficiem o clima e o planeta.

Benefícios da restauração de paisagens florestais

Segundo Rachel Biderman, "a cada década se vê o agravamento dos fenômenos climáticos na zona rural, tornando difícil plantar certos insumos agrícolas e afetando a segurança alimentar e hídrica. A restauração aparece como a agenda positiva das mudanças climáticas". Como?

- Ajuda a manter o estoque de carbono no solo, evitando emissões de gases de efeito estufa na atmosfera.
- Ajuda a fixação da água no solo, gerando segurança hídrica.
- Aumenta a cobertura vegetal, diminuindo a temperatura média.
- Cria um ambiente saudável e sustentável para populações locais.
- Diminui os riscos de extinção de espécies animais e vegetais.
- Protege o solo dos chamados "rios flutuantes".
- Diminui o deslocamento de humanos e animais.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a educação ambiental é um conjunto de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, como definido na Política Nacional de Educação Ambiental (1999). Mas, para buscar estabelecer uma nova conexão com as temáticas ambientais, é importante que a educação ambiental construa novas narrativas, que vão além dos números, gerando empatia e engajamento.

Como a minha organização pode atuar?

Nos desafios das mudanças climáticas:

- conhecer as leis e normas nacionais que regulamentam a educação ambiental, como a Política Nacional de Educação Ambiental;
- agregar ações de educação ambiental em seus projetos de restauração de paisagens florestais;
- buscar formas de comunicar que ampliem o amor e o respeito à natureza;
- atuar com crianças e jovens, para que levem a bandeira da transformação.



Nos desafios da equidade de gênero neste tema:

- empoderar mulheres sobre seu papel fundamental na transformação do cenário de risco, incluindo treinamentos contra desastres naturais:
- capacitar grupos de mulheres sobre temáticas de impacto global, visando ao fortalecimento do seu engajamento social e político;
- formar multiplicadores em métodos de educação ambiental, inclusive professores nas escolas formais, homens e mulheres;
- ampliar a temática de gênero como item da educação ambiental, entendendo que ela dissemina o respeito à diversidade.

Exemplo que inspira

Com cuidado amoroso e consciente dos seres que estão à nossa volta – plantas, animais, humanos e minerais – nos conecta com o sagrado.

Andrea de Oliveira é inspiradora até em sua presença. Pedagoga, fundou o Instituto Çaraküra em 2007, com seu companheiro de vida, e acredita em trabalho e gestão compartilhados. "Abandonei a promissora carreira de engenheira e despertei para realizar o que até então não passava de um grande sonho: ser educadora ambiental". Nas linhas de atuação do instituto se destaca o enfoque à cultura de paz e a inclusão por meio da diversidade cultural, além da educação florestal. "Sou descendente Xokleng e carrego comigo um sentimento de imensa gratidão por ser uma liderança e por participar ativamente de discussões em espaços sociais, políticos e pedagógicos em meio a uma sociedade machista e excludente".

Onde buscar mais conhecimento?

- Better Growth, Better Climate (New Climate Economy, 2015)
- COP21 Acordo de Paris
- Declaração de Florestas de Nova York
- IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change)
- Ministério do Meio Ambiente
- Observatório do Clima
- Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas
- PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)
- Política Nacional de Educação Ambiental (1999)
- Restoring and Protecting Agricultural and Forest Landscapes and Increasing Agricultural Productivity (New Climate Economy, 2015)
- Roots for the Future: the landscape and way forward on gender and climate change (IUCN-GGCA, 2016)
- Revista Educação Ambiental
- United Nations Framework Convention of Climate Change

Semeando Equidade – perspectivas de gênero na restauração de paisagens florestais é

uma coleção de 5 cartilhas que contou com a colaboração de mulheres, grandes especialistas nos temas. Saiba mais sobre Mudanças Climáticas e Economia de Baixo Carbono neste volume!

O desenvolvimento deste material recebeu apoio técnico da UICN como parte das atividades do projeto KNOWFOR, financiado pela UK aid do governo do Reino Unido. No entanto, o conteúdo aqui compilado não necessariamente implica a expressão de qualquer opinião por parte da UICN, suas organizações membros, ou do governo do Reino Unido. É proibido reproduzir esta publicação para venda ou outros fins comerciais sem a prévia permissão dos responsáveis.

Coordenação: Pacto pela Restauração

da Mata Atlântica e UICN | Conteúdo: Crie Vínculo Projeto Gráfico: Zapall | Ilustrações: Estudio Relativo

Revisão Ortográfica: Cesar Ribeiro | Impressão: Corset









PACTO PELA RESTAURAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA





Apoio financeiro

